



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil

Abril a junho de 2012

Relato de uma experiência

Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

As designações empregadas nessa publicação seguem a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nela incluída não significa qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país ou território citado ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras. Ademais, a responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso dos autores ou parceiros às opiniões ali constantes.

Esta publicação foi elaborada pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no contexto do Projeto Apoio aos esforços nacionais em prol de um Estado livre de trabalho infantil, Bahia - Brasil BRA/o8/5oP/USA, Financiada pelo Departamento de Trabalho do Governo dos Estados Unidos da América - USDOL.

Referências a firmas, produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pelo FNPETI, pela OIT ou pelo Governo financiador e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

O uso da linguagem que não discrimine nem estabeleça a diferença de gênero, raça, etnia ou social entre meninos e meninas é uma preocupação deste texto. O uso genérico do masculino ou da linguagem neutra dos termos criança e adolescente foi uma opção inescapável em muitos casos. Mas fica o entendimento de que o genérico do masculino se refere a homem e mulher e que por trás do termo criança e adolescente existem meninos e meninas com etnia, raça, rosto, vida, histórias, desejos, sonhos, inserção social e direitos adquiridos.

A íntegra desta publicação pode ser obtida nos sites:

www.fnpeti.org.br

www.oit.org.br

Impresso no Brasil

Sumário



Apresentação.....	07
Caravana e contexto do trabalho infantil no Brasil.....	08
Ceará.....	13
Maranhão.....	17
Piauí.....	21
Rio Grande do Norte.....	25
Paraíba.....	29
Sergipe.....	33
Alagoas.....	37
Pernambuco.....	41
Bahia.....	45
Avaliação.....	49
Contatos.....	53





Apresentação

A *Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil* foi realizada pelos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com o apoio do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), entre 9 de abril e 4 de junho de 2012. O percurso não obedeceu a uma lógica geográfica, mas foi definido e acordado pelos Fóruns Estaduais após uma avaliação das condições de articulação e mobilização em cada estado. Assim, a Caravana partiu do Ceará, passando pelo Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e finalizando na Bahia.

O Nordeste foi escolhido por abranger um terço das unidades da Federação, por registrar graves índices de trabalho infantil e pelo seu forte histórico de mobilização social. Estes três elementos contribuíram para a escolha da região como a primeira para a realização da experiência da Caravana regional. Em 2013 essa mobilização poderá ser replicada pelos Fóruns da região Norte.

Como 2012 foi um ano de eleições municipais, a Caravana do Nordeste realizou todas as suas ações no primeiro semestre, exigindo assim grande empenho por parte das redes locais dos Fóruns. Se por um lado os pleitos municipais foram motivo de alerta para os Fóruns estaduais e o FNPETI, para evitar o uso eleitoral do evento, por outro criou-se um ambiente político favorável para a interlocução com os futuros prefeitos, objetivando pactuar metas e fortalecer as políticas públicas para a prevenção e a erradicação do trabalho infantil em suas cidades.

Nas próximas páginas apresentamos, com detalhes, a experiência de preparar e realizar a Caravana do Nordeste. Muitos desafios surgiram pelo caminho, mas foram superados pelo compromisso e pelo empenho das entidades membros dos Fóruns, garantindo assim um percurso de êxito em todos os estados.

Os Fóruns Estaduais do Nordeste e o FNPETI esperam que esta publicação possa motivar outros fóruns e instituições sociais a promoverem ações semelhantes, replicando a experiência da Caravana em outras regiões e contextos sociais.

Boa leitura!

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI

Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia.



1

Trabalho infantil refere-se às atividades econômicas e/ou de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças e adolescentes com menos de 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Para efeitos da proteção ao adolescente trabalhador, será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos.

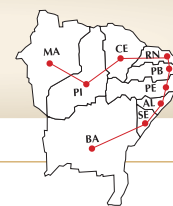
Caravana e contexto do trabalho infantil no Brasil

Até o final da década de 1980, milhões de crianças e adolescentes trabalhadores eram uma constante nas casas de família, nas fábricas, nas roças e em vários outros espaços produtivos formais e informais. Durante muito tempo, o Brasil foi forjando uma cultura de que o trabalho infantil era uma situação natural e necessária para as crianças de famílias pobres.

Assim, o consenso na sociedade era o do trabalho como uma situação positiva para as crianças e os adolescentes, em especial para aqueles que viviam em situação de pobreza, de exclusão e de risco social. A mão de obra barata aliada à necessidade de complementação da renda das famílias, justificava a presença de meninos e meninas de classes populares em todos os tipos de atividades. Esta situação foi sustentada pelo Estado por meio de políticas e programas legitimados pelo Código de Menores (Lei nº 6697/79), o marco legal da repressão às crianças e aos adolescentes que não estudavam e não trabalhavam.

Esse quadro só começou a se alterar a partir da década de 1990, quando o País, impulsionado pelo trabalho de organizações da sociedade civil, governamentais e internacionais, passou a discutir e propor um outro paradigma para a infância: o das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. A maior expressão dessa mudança foi o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/90), que além de revogar o Código de Menores, instituiu o princípio da Prioridade Absoluta desse público nas políticas públicas e a proteção integral dos seus direitos.

O trabalho infantil, nesse contexto, perdeu seu valor social e passou a ser compreendido como uma violação dos direitos humanos de meninos e meninas. A partir disso o Brasil estabeleceu a sua proibição na Constituição de 1988, (*quadro 1*) ratificou convenções internacionais, criou e implementou políticas públicas. Como resultado desse processo, o País praticamente erradicou o trabalho infantil no setor formal da economia.



DESAFIOS AINDA PERSISTEM

Apesar dos avanços, os desafios permanecem, uma vez que as estruturas socioeconômicas e culturais ainda favorecem a continuidade do trabalho infantil. Os índices no setor informal da economia, onde se concentram as piores formas de trabalho infantil (*quadro 2*) são altos. Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 3,4 milhões de crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos, ainda trabalham no Brasil, o que representa 12,4% desta população. Desse total, mais de um milhão está concentrada no Nordeste.

Enfrentar esse desafio exige, além de políticas públicas articuladas ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), um intenso trabalho de mobilização e sensibilização social como alerta para a gravidade do problema, e convocá-la à participação. Esse é o objetivo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. (*quadro 3*)

Em 2004, o FNPETI definiu uma estratégia de mobilização denominada *Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil*. Durante cinco meses, crianças e adolescentes que já foram trabalhadores, liderados pelo Fórum Nacional e em parceria com os 26 fóruns estaduais e o do Distrito Federal, percorreram todos os estados brasileiros realizando uma série de atividades para chamar a atenção da sociedade e do poder público sobre a grave situação das crianças trabalhadoras no País.

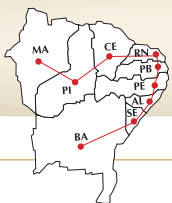
Ao final de cada encontro, durante audiências públicas, cada um dos governadores assinou um Termo de Compromisso pela erradicação do trabalho infantil. O último percurso dessa trajetória foi o Distrito Federal, com a assinatura do Termo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

2

O decreto nº 6481/08, que aprova a lista das piores formas de trabalho infantil (Lista TIP) e proíbe o trabalho de crianças e adolescentes abaixo de 18 anos nas atividades descritas nessa lista, foi assinado pelo presidente Lula em cumprimento ao disposto na Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

3

Os Fóruns são instâncias não governamentais de articulação e mobilização dos atores institucionais envolvidos com as políticas de prevenção e de enfrentamento do trabalho infantil, bem como de proteção ao adolescente trabalhador. Participam dos fóruns representantes dos governos (federal e estaduais), dos trabalhadores, dos empregadores, das entidades da sociedade civil, dos operadores do direito e de organismos internacionais. Além do Fórum Nacional, há fóruns estaduais nas 26 unidades da federação e no Distrito Federal.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

4

A III Conferência Global sobre Trabalho Infantil tem como objetivos fazer um balanço dos progressos realizados desde a adoção da Convenção 182 da OIT; avaliar obstáculos e propor medidas para acelerar o progresso na eliminação das piores formas, e propiciar a troca de experiências sobre estratégias adotadas pelos países. Esta será uma conferência de meio de percurso, na qual os países avaliarão as medidas adotadas para o cumprimento das metas estabelecidas – até 2016 a erradicação das piores formas de trabalho infantil e até 2020, todas as formas.

BOA PRÁTICA REPLICADA

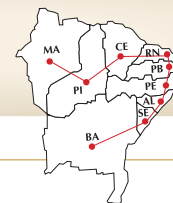
Oito anos depois, a experiência foi reeditada, só que desta vez, em caráter regional, por meio da *Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil*. A ideia foi reavivar essa boa prática de mobilização, para pautar o tema na agenda política dos estados e municípios.

Outra importante referência foi a *Caravana Bahia Livre do Trabalho Infantil*, realizada em 2009, que criou um ambiente favorável para acelerar a eliminação do trabalho infantil em municípios baianos, especialmente na região do semiárido.

Embora as regiões Norte e Sul apresentem percentuais mais elevados de trabalho infantil, o Nordeste registra, segundo o Censo de 2010, 12% de crianças trabalhadoras, o que representa 30% dos trabalhadores infantis do País na faixa etária de 10 a 17 anos. Por isto, e pela forte cultura de mobilização social, a região foi escolhida como a primeira para a replicação da boa prática.

Os resultados mostram que a escolha foi acertada, uma vez que a Caravana nordestina cumpriu um papel importante ao recolocar o tema do trabalho infantil na agenda pública. Depois de uma forte queda entre 1992 e 2002, o ritmo de redução desta violação de direitos ficou mais lento no País, e vem se estagnando. Esta situação é um alerta para que o Brasil reveja e adote novas iniciativas mais adequadas e eficazes, para o enfrentamento ao problema. Além disso, o Brasil sediará em outubro de 2013 a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, quando terá que relatar, assim como as demais nações, os resultados das medidas implementadas para o cumprimento das metas pactuadas – eliminação das piores formas até 2016, e de todas as formas de trabalho infantil até 2020. (quadro 4)

O Brasil foi escolhido para sediar este evento mundial justamente por suas experiências exitosas de mobilização social e pela definição

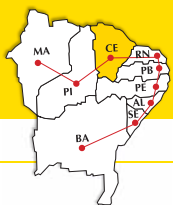


de estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil. Assim, a Caravana constitui-se em uma boa prática para articular os atores, sobretudo os fóruns estaduais; visibilizar o problema junto à opinião pública e, acima de tudo, contribuir para que a sociedade e o poder público compreendam o trabalho infantil como uma violação de direitos humanos de crianças e adolescentes que deve ser eliminada.

MOBILIZAR PARA TRANSFORMAR

Um dos maiores méritos do modelo da Caravana é o de promover a articulação entre diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos. Fóruns, organizações sociais, organismos internacionais e Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dialogam; promovem, por vezes, atividades conjuntas; estabelecem pactos de cooperação e, em muitos casos, encaminham soluções concretas. Além disso, ela visibiliza o tema, por meio do seu agendamento na mídia e na esfera pública.

Assim, a Caravana é uma forma de mobilização e articulação importante, que cumpre um papel estratégico nas ações para o enfrentamento ao trabalho infantil no Brasil. Porém, seu papel não pode ser isolado, necessitando ações integradas e articuladas no âmbito das políticas públicas de proteção e de promoção dos direitos da criança e do adolescente.

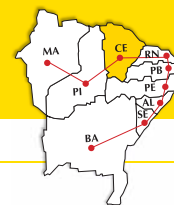


Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA





Crianças e adolescentes em situação de trabalho no Ceará, segundo o Censo 2010:

10 a 13 anos:
38.796 (5,8%)

14 a 15 anos:
46.285 (12,7%)

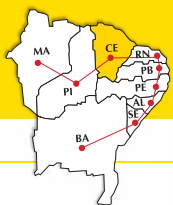
16 a 17 anos:
75.804 (22,1%)

Total:
160.885 (11,7%)

Ceará

9 DE ABRIL A 28 DE JUNHO

O primeiro percurso da *Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil* ocorreu no Ceará. O estado se destacou pela interiorização do evento, com a participação de diversos municípios. O Fórum estadual, em parceria com a pasta da Educação e outras secretarias, levou a Caravana para 20 centros regionais e para Fortaleza, seguindo a divisão das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação do Estado. As regionais, que são responsáveis por estruturar a articulação com os municípios cearenses, contribuíram para que a Caravana conseguisse mobilizar estudantes das escolas públicas e outros atores locais.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

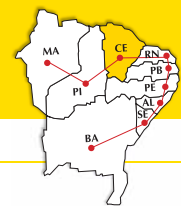


O evento ocorreu durante uma semana em cada região do estado. A primeira atividade foi uma sensibilização pelas ruas, que culminava com a entrega de uma bandeira e *pins* do cata-vento em órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário de cada município. Em cidades maiores, foram realizadas carreatas com a participação de alunos de escolas públicas. À tarde, em geral, foram apresentados painéis sobre direitos da criança e do adolescente e sobre o trabalho infantil.

Na maioria das Câmaras municipais o próprio presidente recepcionou os adolescentes que participavam da iniciativa. Houve também uma presença significativa de conselheiros tutelares e de representantes de secretarias ligadas ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da criança e do adolescente. A participação do Judiciário aconteceu em âmbito regional, com resultado positivo, expresso pelo compromisso de seus representantes em participar das reuniões periódicas para identificar as demandas locais.

Desmistificando o problema - Em alguns municípios, atores do SGD mostraram-se surpresos ao saber da existência de trabalho infantil em suas cidades, o que demonstra a eficácia da Caravana para desmistificar e revelar o problema. Atividades como artesanato, por exemplo, eram consideradas por eles como artísticas e a participação de meninos e meninas, portanto, não configurava relação de trabalho. Na avaliação do Fórum, as falas de conformação sobre o trabalho infantil têm sido cada vez menores, enquanto as de indignação vêm aumentando significativamente, sobretudo após a Caravana.

Para que essa sensibilização ocorresse, a comunicação desempenhou um papel estratégico. Foram 200 mil folderes, 10 mil cartazes, camisas, bonés, bandeiras e 50 mil adesivos com a identidade visual da Caravana, explicando e alertando a população sobre os riscos do trabalho infantil. Em Fortaleza, todos os veículos de massa nas áreas de rádio, TV e mídia impressa cobriram o evento. Já no interior do estado, as rádios locais e os blogs foram responsáveis pela divulgação. Um destaque foi a Caravana virtual promovida em tempo real pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), com criação de blog e uso do Twitter e do Facebook, utilizando



as redes sociais como ferramenta de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Com o término da Caravana, o Fórum propõe alguns desdobramentos, como pactuar com os novos prefeitos que administrarão as cidades entre 2013 e

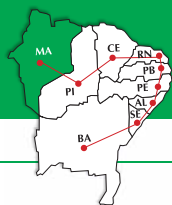
2016, o aumento do número de escolas em tempo integral, estratégia fundamental para a redução dos índices de exploração do trabalho infantil, e a implantação do programa estadual *Educação na Idade Certa*, que objetiva diminuir a distorção idade/série e que tem apresentado indicadores positivos.

PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES

Jonas Paulo da Silva, 14 anos, morador de Madalena, no interior do Ceará, nunca esteve em situação de trabalho, mas tem muitos amigos que trabalham na agricultura e nas ruas vendendo produtos. Jonas participa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Segundo Tempo, programas do governo federal voltados para o público infantil e nos quais obteve mais informações sobre os males que o trabalho infantil vem causando aos seus amigos e a outros adolescentes de Madalena, e da região.

Além do PETI e do Segundo Tempo, a mobilização de adolescentes para participarem do evento também envolveu os grêmios estudantis. Para incentivar ainda mais o envolvimento dos adolescentes com o evento, o Fórum Estadual criou o cargo de Embaixador do ECA. Jonas foi um dos embaixadores durante a Caravana do Ceará. Cada “embaixador” recebeu um exemplar do Estatuto e comprometeu-se a divulgar e defender a legislação em sua comunidade.

Como resultado destas ações de mobilização, 300 crianças e adolescentes participaram das atividades. Essa turma ministrou palestras, relatou suas experiências, conhecimentos e impressões sobre o trabalho infantil no contexto de suas comunidades, tanto no papel de quem vivenciou o problema como no de quem foi protegido por ações de prevenção. Esses meninos e meninas, estudantes das escolas públicas das regiões e participantes de programas sociais, contribuíram durante a caravana, junto com diversas organizações, para a elaboração do 3º Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador do Ceará, que deverá ser lançado ainda em 2012.

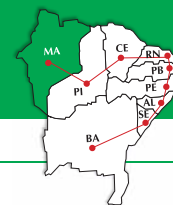


Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA





*Crianças e adolescentes
em situação de trabalho no
Maranhão, segundo o Censo 2010:*

*10 a 13 anos:
42.298 (7,3%)*

*14 a 15 anos:
40.078 (13,9%)*

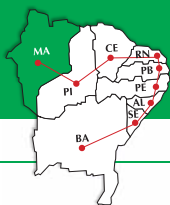
*16 a 17 anos:
61.934 (22,7%)*

*Total:
144.310 (12,7%)*

Maranhão

16 A 17 DE ABRIL

A Caravana do Nordeste rumou para a segunda etapa no Maranhão, que concentrou suas ações na capital, São Luís. Lá, um dos resultados positivos da Caravana foi a rearticulação do Fórum estadual, que atualmente centra esforços para elaborar o Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, ainda em 2012.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA



A Caravana, neste contexto, cumpriu um papel importante, pois mobilizou atores centrais do estado. Para tanto, o Fórum definiu como estratégia realizar audiências públicas direcionadas a um público específico: autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A participação do Executivo foi marcada pela assinatura do Termo de Compromisso para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil pelo vice-governador Washington Oliveira, e do Legislativo pela presença de deputados na audiência pública promovida na Assembleia para debater o tema. O Termo de Compromisso elaborado pelo Fórum Estadual também foi assinado pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, deputado Bira do Pindaré.

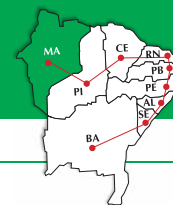
Ainda como parte da programação da Caravana, o Fórum realizou atividades em alusão ao Dia Nacional e Mundial Contra o Trabalho Infantil – 12

de junho, com distribuição de panfletos e cartazes em locais públicos, e a realização de atividades nas escolas e em postos de saúde.

O cata-vento foi utilizado nas camisetas, nos materiais de divulgação e nos *bottons*, distribuídos aos participantes das audiências públicas e demais integrantes do Fórum estadual.

Houve também apresentações de crianças e adolescentes em audiências, como a do coral Núcleo Menino Jesus do Bairro da Vila Embratel, um dos polos do PETI, mantido pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social de São Luís, e a da Orquestra de Berimbau da Casa da Acolhida Marista.

Na mídia – A Caravana do Maranhão contou com ampla cobertura dos veículos de comunicação, tanto de rádio como de TVs, jornais impressos e



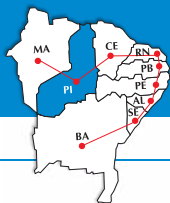
mídia digital. Por meio de entrevistas, reportagens ou notas, veículos como as TVs Mirante (Globo), Guará (Record), Cidade (Band) e Difusora (SBT), as rádios Universidade FM, Mirante e Difusora, e os jornais impressos O Imparcial, Jornal Pequeno, O Estado do Maranhão e O Progresso, divulgaram a programação e alertaram a sociedade maranhense sobre o problema.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC) e a organização social Agência de Notícias da Infância Matraca elaboraram *releases* e mobilizaram a imprensa para a cobertura da passagem da Caravana. A ação também contou com o apoio das assessorias de imprensa do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM).

JUSTIÇA SUSPENDE AUTORIZAÇÕES DE TRABALHO PARA ADOLESCENTES COM MENOS DE 16 ANOS

A estratégia do Fórum maranhense em concentrar os esforços da Caravana em públicos estratégicos surtiu efeito com um importante desdobramento para o estado: o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, publicou recomendação (ATO 431/12) para que os magistrados não concedam alvará autorizando o trabalho para adolescentes com menos de 16 anos. O Ministério Público Estadual corroborou o Ato, também por meio de recomendação aos promotores de Justiça com atuação na área da Infância e Juventude.

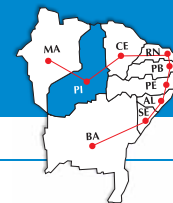
O Fórum maranhense considera essa recomendação uma importante vitória, diante das inúmeras concessões emitidas pelos magistrados desde 2005. Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), cerca de 130 alvarás foram expedidos no estado até a entrada em vigor do Ato. Com ele, todas as concessões anteriores foram revogadas, e nenhuma mais será emitida. O Maranhão foi o primeiro estado do Nordeste, e o quarto do Brasil, a proibir a emissão de alvarás judiciais que autorizam o trabalho infantil.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.
Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA





Crianças e adolescentes em situação de trabalho no Piauí, segundo o Censo 2010:

10 a 13 anos:
17.131 (7%)

14 a 15 anos:
18.039 (13,9%)

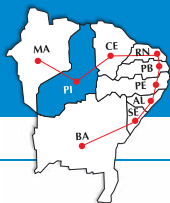
16 a 17 anos:
27.231 (22,7%)

Total:
62.401 (12,6%)

Piauí

18 A 19 DE ABRIL

Quando a Caravana chegou ao Piauí, encontrou o Fórum estadual articulado e funcionando regularmente. Esta é a situação do Fórum nos últimos dois anos, para cumprir o desafio de implementar o Plano Estadual de Combate ao Trabalho Infantil no estado. Esta tarefa, ainda em fase de execução, ganhou reforços após o evento, que concentrou suas ações na capital, Teresina.



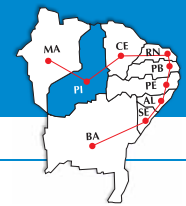
Uma sequência de reuniões extraordinárias, debates e divisões de tarefas por comissões estruturou as ações. Questões como infraestrutura, divulgação, realização de audiência com o governo do estado, hospedagem e alimentação, oficinas temáticas, manifestação, exposição fotográfica, dentre outras, movimentaram a rotina dos parceiros e membros do Fórum para que a Caravana não só acontecesse com sucesso, mas para que também gerasse desdobramentos.

Como resultado, uma das ações que mais mobilizou a sociedade foi a exposição itinerante de montagem fotográfica e recortes de jornais impressos sobre a história do Fórum do Piauí. A mostra ficou exposta durante uma semana e foi visitada por mais de mil pessoas, incluindo crianças e adolescentes

de escolas públicas e particulares. A exposição já percorreu outros espaços e seguirá atendendo uma agenda de convites previamente organizada pelo Fórum.

Impacto na sociedade - Outra ação de grande repercussão pública foi uma manifestação ocorrida na Praça da Liberdade, na manhã de 19 de abril, último dia da Caravana, com a participação de 1.200 pessoas, entre professores, representantes de entidades e de órgãos governamentais, crianças e adolescentes de escolas públicas e de programas da rede de proteção dos direitos deste público. Dentre as atividades realizadas destacaram-se a montagem de cata-ventos, as apresentações de teatro de bonecos e de música, e a distribuição de panfletos para a população. Vestidos de camisetas





laranja com a logomarca do cata-vento, os participantes, dentre eles inúmeros adolescentes, chamaram a atenção das pessoas.

O Executivo e o Judiciário estaduais participaram da programação por meio das secretarias e diretorias operacionais que têm assento no Fórum. Representantes do poder Legislativo de Teresina, como o presidente da Câmara Municipal, Edvaldo Marques, envolveram-se com as audiências e a manifestação na Praça da Liberdade.

Cobertura da imprensa – A mídia local fez uma boa cobertura, contribuindo para pautar o tema na agenda pública. Rádios, portais de notícias, mídia televisiva e jornais impressos veicularam matérias sobre a Caravana. Houve também duas entrevistas

em estúdios, uma na emissora TV Antares, afiliada da TV Band, e outra na TV Meio Norte, afiliada do SBT. Nesta última, ocorreu um debate com a participação de vários atores do Sistema de Garantia de Direitos, especialistas no tema do trabalho infantil.

Em audiência com a participação de crianças e adolescentes no Palácio de Karnak, sede oficial do governo do Piauí, o Fórum entregou o Termo de Compromisso ao governador Wilson Martins, que o assinou comprometendo-se a instalar uma Comissão Estadual para trabalhar na implementação do Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, ação prevista para os próximos três anos de mandato do atual governo.

DAS ESCOLAS ÀS ACADEMIAS DISCUTINDO TRABALHO INFANTIL

As crianças e os adolescentes desempenharam papel ativo na Caravana do Piauí em todas as suas etapas, desde a elaboração até a realização. As escolas foram mobilizadas e estudantes da rede pública e privada de ensino participaram das atividades. Além da presença na manifestação da Praça da Liberdade e na audiência pública, participaram das oficinas de rádio comunitária, de percussão com o uso de materiais recicláveis, de teatro e sobre as consequências físicas e psicológicas do trabalho infantil.

Outro destaque foi o aumento considerável, após a Caravana, pela procura de material sobre trabalho infantil para subsidiar monografias de estudantes de diversos cursos de graduação.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.
Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA





Crianças e adolescentes em situação de trabalho no Rio Grande do Norte, segundo o Censo 2010:

*10 a 13 anos:
9.398 (4%)*

*14 a 15 anos:
11.712 (9,4%)*

*16 a 17 anos:
22.194 (18,6%)*

*Total:
43.304 (9,1%)*

Rio Grande do Norte

9 A 24 DE ABRIL

A Caravana do Rio Grande do Norte contou com uma série de ações preparatórias realizadas nos municípios, em especial naqueles que têm os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI, e culminou com audiências e manifestações na capital do estado, Natal.

Conselheiros tutelares e outros atores locais, articulados pela Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social, realizaram passeatas em suas próprias cidades. Em todos os municípios



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil. Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA



que têm o PETI foram organizadas oficinas pedagógicas nas escolas públicas com as crianças e os adolescentes. Além disso, foram distribuídos muitos materiais de divulgação nesses locais.

Todos os 167 municípios do estado realizaram atividades em alusão à caravana. Após os eventos municipais, o Fórum realizou audiências públicas na Câmara Municipal de Natal e na Assembleia Legislativa. O momento principal foi marcado por uma manifestação nas ruas da capital. Cerca de duas mil crianças e adolescentes atendidos pelo PETI e aprendizes do SENAC, oriundos de 15 municípios da grande Natal e outras regiões do estado, além de atores sociais, caminharam usando camisetas e bonés e levando cata-ventos com a logomarca da Caravana, chamando a atenção da sociedade.

Circo como palco da manifestação - A concentração foi em frente ao Palácio do Governo, onde foi montada uma grande tenda, remetendo à ideia de circo, com direito a palhaços em pernas de pau e chuvas de confetes para recepcionar os participantes. Neste cenário as crianças e os adolescentes apresentaram atividades artísticas e leram o Termo de Compromisso assinado pela governadora Rosalba Ciarlini, representada pela sua chefia de gabinete.

O Fórum destacou a importância dos parceiros locais para que a Caravana obtivesse um bom resultado. Dentre eles o Ministério Público do Trabalho; a Superintendência Regional do Trabalho; o Projeto Viravida/SESI/SENAC; a Secretaria de Trabalho e Assistência Social de Natal; a Universidade Federal



do Rio Grande do Norte, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), o governo do estado e, em especial, os conselheiros tutelares que mobilizaram seus municípios.

Sensibilização da sociedade - Atento em sensibilizar o máximo possível a sociedade, nas cidades do interior o Fórum montou *stands* em shoppings com materiais informativos, além de distribuir panfletos e abordar taxistas para explicar o problema e destacar a Caravana.

Além disso, a Caravana obteve boa cobertura de mídia, tanto na capital quanto no interior. As assessorias de comunicação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Legião da Boa Vontade (LBV)

distribuíram *releases*, o que resultou em coberturas e entrevistas em veículos impressos, rádios, TVs e mídia digital. Mesmo depois da Caravana, o Fórum recebeu convites para outras entrevistas, o que evidenciou a inclusão do tema na pauta da sociedade e ganhou força com o evento.

Um dos resultados da Caravana é o compromisso do governo de implantar, até 2014, o Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Sua elaboração terá início com um diagnóstico sobre a situação do trabalho infantil no estado, supervisionado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para esta tarefa, o Fórum contará também com a participação da Frente Parlamentar em Defesa da Infância de Natal.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES TOMAM A FRENTE NA CARAVANA

A participação do público infantil foi um destaque no Rio Grande do Norte, assim como ocorreu em outros estados do Nordeste. A preparação das crianças e adolescentes nos municípios foi cuidadosa, incluindo atividades lúdicas e artísticas como forma de discutir o tema. Uma destas atividades foi a confecção dos cata-ventos que foram utilizados nas audiências e nos atos públicos. Em meio a colagens e pinturas, meninas e meninos discutiram sobre o significado deste símbolo. Além disso, participaram de oficinas de dança e capoeira e assistiram a palestras sobre o tema.

Uma preocupação do Fórum foi atuar junto às crianças e aos adolescentes que já tinham vivenciado a situação de trabalho, porém, sem revitimizá-los. Ao contrário, eles foram empoderados para que se reconhecessem como atores estratégicos no enfrentamento do problema. Além disso, o Fórum promoveu um encontro com crianças de localidades onde comprovadamente existia um histórico de trabalho infantil.

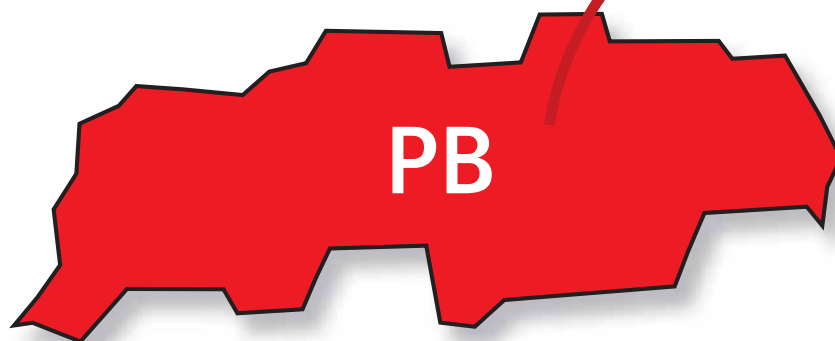
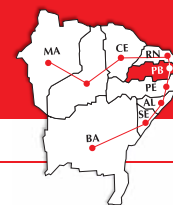


Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA





Crianças e adolescentes em situação de trabalho na Paraíba, segundo o Censo 2010:

*10 a 13 anos:
18.372 (6,7%)*

*14 a 15 anos:
20.385 (13,8%)*

*16 a 17 anos:
30.750 (22%)*

*Total:
69.507 (12,3%)*

Paraíba

9 A 11 DE MAIO

Articulado ininterruptamente há 11 anos e com a adesão de 29 entidades, o Fórum estadual recebeu com otimismo a tarefa de realizar a Caravana, pois percebeu o evento como uma oportunidade de ampliar a discussão sobre o tema no estado. As ações foram concentradas em João Pessoa, mas contaram com a participação de vários atores sociais de outros 11 municípios, em especial crianças e adolescentes.

A opção por concentrar a mobilização na capital deveu-se a limitações financeiras e de tempo. Ainda assim, o trabalho voluntário de muitos atores permitiu a realização do evento. O Fórum



e o Ministério Público do Trabalho coordenaram uma audiência pública, que contou com 200 pessoas, dentre elas diversos prefeitos, além de representantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). A ideia foi sensibilizar este público para que promovam ou apoiem ações de enfrentamento ao trabalho infantil, bem como o debate de propostas para subsidiar e demandar a implementação de políticas públicas para prevenir e eliminar o trabalho infantil.

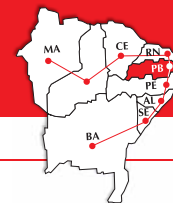
Houve, ainda, uma série de ações envolvendo adolescentes, como uma oficina com a participação de 66 meninos e meninas de diversos municípios da Paraíba, atendidos por programas como o PETI e o Projovem Adolescente. Nessa oficina elaboraram coletivamente a Carta da Paraíba pela erradicação do trabalho infantil no estado. Uma cópia desta Carta foi entregue aos secretários de Desenvolvimento Humano, Educação e Casa Civil, representantes do governador.

Agentes multiplicadores - Outro ponto alto da participação infantil foi um encontro, realizado no ginásio do colégio Marista Pio X, no centro de João Pessoa, que reuniu 900 adolescentes de escolas públicas e privadas de vários municípios. Participaram também as secretarias estaduais de Educação e Desenvolvimento Humano, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, as secretarias municipais de Educação e de Desenvolvimento Social, os conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de João Pessoa e o Instituto Alpargatas. A ideia foi sensibilizar os adolescentes

para que se tornem agentes multiplicadores no combate ao trabalho infantil.

Apesar de participar da comissão de planejamento da Caravana, o governo do estado não fez aporte financeiro para realizar as ações, que ocorreram com o apoio de parceiros do Fórum Estadual. Também integraram a comissão de planejamento da Caravana a Coordenadoria da Infância e da Adolescência do Sistema de Justiça, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e diversos empregadores. A Caravana contou com a adesão dos Poderes Executivo e Judiciário e a presença de uma deputada estadual na audiência pública.

Comunicação - Os principais veículos de comunicação da capital prestaram apoio massivo ao evento. Durante uma semana a mídia pautou o tema em espaços nobres de TV, rádio e jornal. A equipe do Portal Criança PB (www.crianca.pb.gov.br) fez a interlocução com a imprensa. Veículos como TV Cabo Branco (Globo); TV Tambaú (SBT); TV



Correio (Record); TV Clube (Band); Rádio Arapuã; Rádio Tabajara; Jornal O Norte; Jornal Correio da Paraíba; Jornal União cobriram o evento.

Parte do sucesso da mobilização também pode ser atribuído ao material utilizado: panfletos, bolsas, camisetas e *pins* do cata-vento que, na avaliação do Fórum, contribuiu para dar visibilidade ao tema.

Ao final, as autoridades comprometeram-se com o Fórum na elaboração do Plano Estadual de

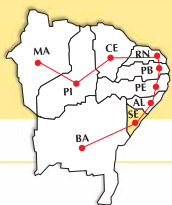
Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador da Paraíba. Garantiram, ainda, atender às reivindicações constantes na Carta da Paraíba contra o Trabalho Infantil, elaborada pelos adolescentes. Dentre as demandas estão: o investimento na educação de tempo integral, a capacitação para os profissionais envolvidos com os programas PETI, Projovem e Mais Educação, e a criação e ampliação de espaços para esporte, lazer e cultura.

ADOLESCENTES REIVINDICARAM MAIS EDUCAÇÃO PARA PREVENIR O TRABALHO INFANTIL

Edimilson Gomes da Silva, 16 anos, morador do município de Lucena e ex-trabalhador infantil, foi um dos adolescentes que reivindicou que a Carta da Paraíba fosse entregue pessoalmente ao governador Ricardo Vieira Coutinho, como acordado. A reivindicação surtiu efeito e, alguns dias depois, a maior autoridade do executivo estadual recebeu das mãos de quatro adolescentes o documento com as principais ações para enfrentar o trabalho infantil, dentre elas, o investimento em Educação.

Para o Fórum a presença de estudantes da rede pública e privada de ensino foi muito importante e merece destaque. Normalmente, os alunos das escolas particulares ficam à margem dessas discussões e podem reproduzir o discurso social que diferencia o trabalho infantil para as crianças e adolescentes pobres como uma necessidade e não como uma violação de direitos.

Outro ganho, segundo o Fórum, foi a maior participação do Poder Judiciário. Um dos juízes presentes comprometeu-se a buscar dados sobre a autorização de trabalho para adolescentes no estado. Estas informações hoje estão concentradas somente com os promotores e precisam ser difundidas para outros operadores do Direito a fim de sensibilizá-los a coibir esse tipo de prática no estado.

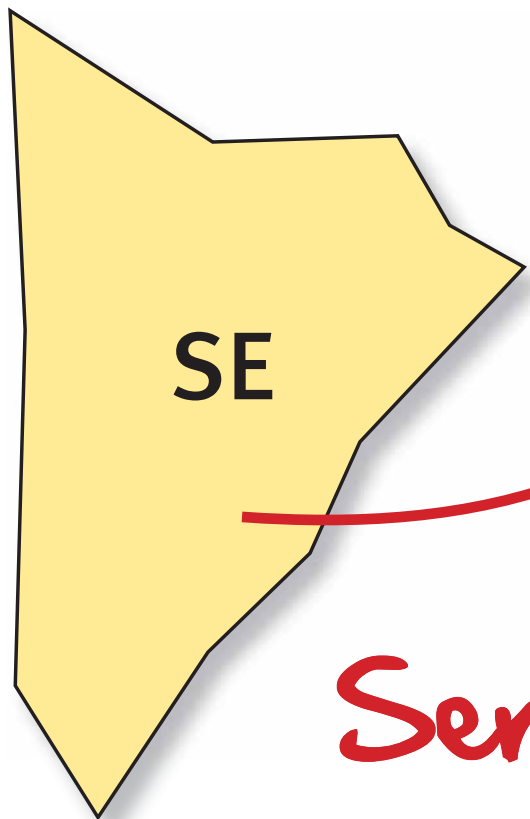
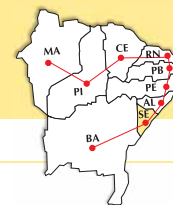


Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA





Sergipe

3 A 23 DE MAIO

Crianças e adolescentes em situação de trabalho em Sergipe, segundo o Censo 2010:

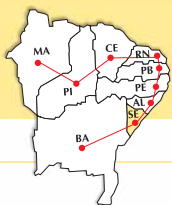
10 a 13 anos:
8.989 (5,4%)

14 a 15 anos:
10.758 (12,5%)

16 a 17 anos:
17.497 (21,2%)

Total:
37.244 (11,1%)

Em Sergipe, o desafio da Caravana começou com a própria condição em que se encontrava o Fórum estadual, desativado desde 2003. Foi necessário um esforço conjunto de algumas entidades para rearticulá-lo e, assim, responder à demanda no estado. O trabalho iniciou-se em 2011, e entre março e junho de 2012, o evento foi realizado envolvendo 46 municípios, dentre eles a capital, Aracaju, que concentrou grande parte das ações.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Uma das soluções do Fórum para conseguir, em alguma medida, interiorizar as atividades, promovendo atos públicos nos municípios com os mais altos índices de trabalho infantil no estado: Lagarto, Glória, Itabaiana e Aracaju. Na capital, a programação foi mais intensa, com mobilização nos mercados centrais, na feira do Conjunto Augusto Franco e no terminal rodoviário do Distrito Industrial de Aracaju.

Em Sergipe a Caravana contou com a adesão do Poder Legislativo, que realizou uma audiência pública na Assembleia, coordenada pela Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O tema abordado foi a situação do trabalho infantil e as suas consequências para a saúde e a formação de meninos e meninas, e sua implicação para a evasão escolar.

Foi realizada ainda uma exposição fotográfica no Shopping Jardins com flagrantes de crianças e adolescentes em situação de trabalho. Muitas das fotografias, inclusive, foram registradas por auditores fiscais e procuradores do trabalho. Para marcar a data do 12 de junho, o Fórum realizou um ato público na capital, seguido do lançamento nacional da Cartilha da CUT contra o Trabalho Infantil, na Escola do Legislativo, bem como de shows musicais.

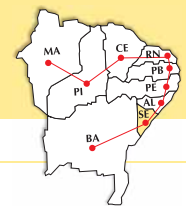
Participação do Executivo - Em Sergipe a Caravana não foi recebida pelo governador Marcelo Déda, sendo o Termo de Compromisso entregue ao vice-governador Jackson Barreto na presença dos secretários de Direitos Humanos, Assistência Social e do Trabalho. Na avaliação do Fórum sergipano, a participação da esfera governamental foi pouco significativa. Uma das justificativas para

este fato, afirmou o Fórum, pode ter sido a ausência de ação específica relacionada ao enfrentamento do trabalho infantil no estado. O mesmo ocorreu em relação ao Poder Judiciário, que não esteve presente na mobilização.

Por outro lado, o Fórum estadual destacou o papel da Secretaria de Educação, onde um de seus integrantes apoiou a organização do evento. Outro parceiro importante foi o Ministério Público do Trabalho (MPT), que além de se envolver na realização das atividades, patrocinou os materiais de divulgação. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SE) também contribuiu de forma importante para a realização da Caravana na medida em que, junto com a Secretaria de Educação, o Conselho de Psicologia, o Ministério Público do Trabalho e a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), compõe a coordenação colegiada do Fórum, responsável por toda a mobilização no estado.

Destaca-se também a presença de mil crianças e adolescentes do PETI e de escolas públicas dos 46 municípios que participaram das passeatas e ações, realizando apresentações culturais.

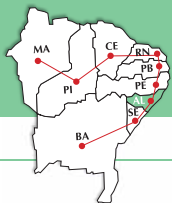
Materiais de sensibilização - Faixas, *banners*, panfletos informativos, camisetas, cartazes e adesivos ajudaram a pautar o problema do trabalho infantil para a sociedade. A imprensa também desempenhou papel relevante, com a divulgação das ações realizadas. Houve cobertura por parte dos principais veículos de comunicação do estado, como as TVs Sergipe, Aperipê e Atalaia, além do Jornal da Cidade, Correio de Sergipe e Jornal do Dia.



REARTICULAÇÃO DO FÓRUM É MÉRITO DA CARAVANA

O principal resultado da Caravana em Sergipe é a rearticulação do Fórum estadual, depois de nove anos desativado. Mesmo com tantos desafios impostos por este cenário, o Fórum realizou um evento com ações importantes, tanto na capital quanto no interior. Para o Fórum, a Caravana colocou o tema do trabalho infantil na pauta do estado, depois de um período de grande estagnação.

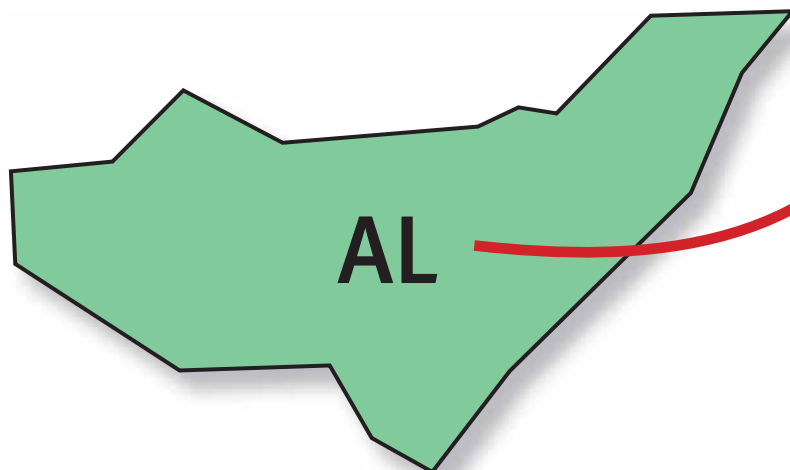
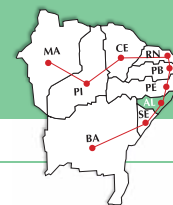
Com a Caravana, o Fórum obteve o compromisso do Poder Executivo para a elaboração do Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, a cargo da Secretaria Estadual de Direitos Humanos. O Fórum sugeriu a criação de uma comissão intersetorial para que a criação do documento seja mais democrática e participativa. Além disso, recomendou a sua elaboração a partir de um diagnóstico sobre a situação do trabalho infantil no estado.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.
Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA





Crianças e adolescentes em situação de trabalho em Alagoas, segundo o Censo 2010:

10 a 13 anos:
18.457 (6,9%)

14 a 15 anos:
18.642 (13,3%)

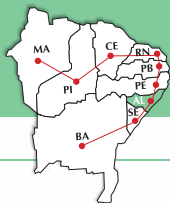
16 a 17 anos:
26.605 (21,2%)

Total:
63.704 (12%)

Alagoas

2 A 25 DE MAIO

O cenário em Alagoas para a realização da Caravana foi desafiante. O Fórum estadual estava desativado desde 2009 e o evento foi coordenado pela Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, ligada ao órgão gestor da Assistência Social. Mesmo diante desta realidade de desarticulação dos atores sociais, a iniciativa ocorreu com o engajamento de vários parceiros e a realização de muitas atividades na capital, Maceió.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA



A Comissão definiu pela realização de três audiências públicas: com o Tribunal de Justiça, com a Assembleia Legislativa e com o Governo do Estado. Para tanto, criou comissões responsáveis por executar todas as ações previstas. Como forma de contemplar o interior, foram realizadas atividades nos cinco municípios com os maiores índices de trabalho infantil do estado - Arapiraca, Matriz de Camaragibe, Marechal Deodoro, Santana de Ipanema e União dos Palmares, além da capital.

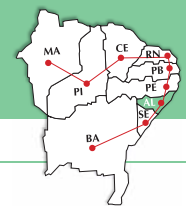
Para as audiências na Assembleia Legislativa e com o governador, o fórum convidou – por meio da Secretaria de Assistência Social – os coordenadores do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI e do Projovem, orientando esses profissionais a promoverem oficinas com as crianças e os adolescentes.

Participaram das ações, além de 200 adolescentes, conselheiros tutelares e de direitos, gestores e professores da rede pública de educação dos 102 municípios, gestores e profissionais da Assistência Social, da Saúde, do Ministério Público, da

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, e organizações não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente. O trabalho foi realizado em conjunto com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e representações do governo estadual, não havendo grandes problemas de agenda, apesar do pouco tempo para a realização da Caravana.

Como resultado do trabalho foi elaborado um Termo de Compromisso, assinado pelo governador Teotônio Vilela Filho, na audiência em que recebeu a Caravana. Além do Termo, os adolescentes produziram cartazes, utilizados nas audiências e participaram de apresentações culturais.

Foi o caso de José Henrique de Sena, 17 anos, morador de Marechal Deodoro, que assim como outros adolescentes, participou do evento na capital e da redação coletiva do documento entregue ao governador. Dentre outros pontos de destaque, o documento cobra investimento em Educação de qualidade e em tempo integral, além de geração de emprego e renda para as famílias.



Para divulgar o evento foram confeccionados *banners*, faixas, camisetas e bonés. A resposta da mídia às ações foi positiva. A equipe da assessoria de comunicação da Secretaria de Assistência

Social enviou material de divulgação para todos os veículos, o que pautou as audiências tanto nos jornais de maior circulação no estado quanto nas emissoras de televisão.

DESAFIO DE REATIVAR O FÓRUM ESTADUAL

Na avaliação da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, apesar de o Fórum de Alagoas estar desarticulado e das ações da Caravana terem sido assumidas por outro órgão, houve engajamento de vários parceiros e boa participação da sociedade nas ações. O principal encaminhamento após a Caravana é rearticular o Fórum.

Como conquista, a Comissão destaca além da assinatura do Termo de Compromisso pelo governador Teotônio Vilela Filho – para a elaboração do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil –, a provocação aos gestores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário para centrarem esforços na erradicação do trabalho infantil em Alagoas.

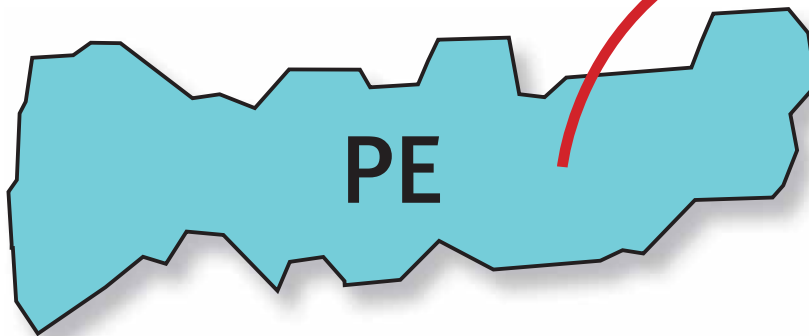




Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.
Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA





Pernambuco

24 A 31 DE MAIO

Crianças e adolescentes em situação de trabalho em Pernambuco, segundo o Censo 2010:

10 a 13 anos:
39.149 (5,9%)

14 a 15 anos:
41.888 (12,2%)

16 a 17 anos:
66.829 (20,8%)

Total:
147.866 (11,1%)

Em Pernambuco, o Fórum estadual estava em processo de reativação quando da realização da Caravana no estado. Mesmo em meio a um cenário de mudanças no regimento interno e várias adaptações, o Fórum conseguiu realizar o evento, promovendo ações tanto na capital, Recife, quanto nos três principais polos do estado: Salgueiro, no Sertão; Goiana, no litoral e Garanhuns, no Agreste.

A estratégia de realizar as atividades nos três polos foi para, minimamente, conseguir dar cobertura ao estado. Os municípios do entorno de cada polo também participaram das atividades.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

A ideia foi ouvir os atores do SGD sobre o problema do trabalho infantil nas regiões. Para isso, as palestras foram feitas de maneira a contemplar a realidade local e para que os participantes relatassem as dificuldades enfrentadas.

Em Salgueiro, por exemplo, foi abordada a questão do trabalho infantil no tráfico; em Garanhuns, o tema principal foi o trabalho nas feiras, principalmente em Caruaru. Foram realizadas oficinas de pintura, desenho e música com crianças e adolescentes do PETI, do Projovem e de escolas públicas, que participaram também de apresentações culturais.

Outra ação foi a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa, ocasião em que foi lançado um selo, em parceria com os Correios. O Legislativo foi bem representado na audiência pública, que serviu de alerta aos prefeitos que estavam presentes, bem como aos deputados, sobre a necessidade de Pernambuco implementar seu Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do

Trabalho Infantil. A participação do Poder Executivo foi intensa, tanto nas estratégias de mobilização quanto nas atividades propostas.

A assessoria de comunicação do Ministério Público do Trabalho (MPT) mobilizou a mídia local por meio do envio de *releases*, o que resultou na cobertura das rádios, e pelas mídias impressa e televisiva.

A ausência do governador Eduardo Campos no encerramento da Caravana foi criticada pelo Fórum. Esse fato não impediu que resultados positivos e imediatos ocorressem. Dentre eles o PETI+20, um projeto da Secretaria de Desenvolvimento Social, em parceria com o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego, no qual foram escolhidos os 20 municípios com maior índice de trabalho infantil, de acordo com estudo do MPT, nos quais ações de enfrentamento à problemática serão realizadas. A ideia é assinar um Termo de Compromisso com os novos prefeitos eleitos desses municípios, em 2013, para o cumprimento das metas do projeto.





FÓRUM REARTICULADO E TEMA NA AGENDA PÚBLICA

A rearticulação do Fórum estadual foi a maior vitória da Caravana em Pernambuco. O evento acelerou o processo de reorganização interna da articulação, demonstrou seu potencial de ação e dimensionou a demanda para manter o tema na agenda do estado.

A Caravana também contribuiu para o levantamento dos problemas e demandas dos polos, bem como da realidade das condições de trabalho dos profissionais que estão na ponta da rede de atendimento. O material recolhido e sistematizado poderá ser a base para a elaboração de um Plano de Ações para o combate ao trabalho infantil no estado. Outro mérito da Caravana, na avaliação do Fórum, foi pautar o tema nos meios de comunicação e na sociedade.

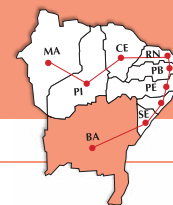
Na avaliação do Fórum estadual, o comprometimento do governo estadual – que assinou um Termo de Compromisso para a erradicação do trabalho infantil em 2007 – não se efetivou e não foi reafirmado com a realização da Caravana.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.
Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA





Bahia

26 DE ABRIL A 4 DE JUNHO

Crianças e adolescentes em situação de trabalho na Bahia, segundo o Censo 2010:

10 a 13 anos:
79.593 (7,4%)

14 a 15 anos:
81.207 (14,8%)

16 a 17 anos:
129.836 (24,1%)

Total:
290.636 (13,5%)

A Caravana encerrou o seu percurso na Bahia, centralizando as ações de mobilização na capital, Salvador. O Fórum estadual concentrou esforços em percorrer diversas instâncias de poder importantes para o enfrentamento ao trabalho infantil, com o objetivo de diferenciar a Caravana do Nordeste de outras que foram promovidas pelo governo do estado nos últimos anos.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil. Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

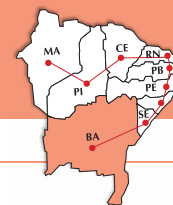
A programação da Caravana privilegiou visitas e audiências em órgãos estratégicos. Assim, foram realizadas seis audiências públicas e uma visita durante o encontro da União dos Prefeitos da Bahia. Com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público do Estado e o Tribunal Regional do Trabalho, as audiências visaram debater a importância do papel dos juízes e promotores no combate ao trabalho infantil.

A Câmara dos Vereadores de Salvador e a Assembleia Legislativa também realizaram audiências

para discutir, com os parlamentares, os malefícios do trabalho infantil e as medidas necessárias para a sua erradicação. A última delas foi com o governo do estado, para entregar o Termo de Pedido de Providências, no qual foram elencadas as medidas sugeridas pelo Fórum para o enfrentamento do problema na Bahia. O governador Jaques Wagner designou o secretário de Trabalho para representá-lo no encerramento da Caravana.

O Fórum realizou também uma videoconferência sobre trabalho infantil nos lixões, com a





participação de cerca de 240 pessoas de mais de trinta municípios. Esta foi a única ação que abrangeu o interior do estado.

Visibilidade junto à sociedade - As ações voltadas para sensibilizar a sociedade incluíram uma exposição no Shopping Piedade, durante três dias, com a proposição de medidas necessárias para erradicar trabalho infantil. Uma caminhada pelo bairro da Barra levou 700 pessoas às ruas, inclusive alunos da rede pública de ensino e representantes dos órgãos da rede de proteção à criança e ao adolescente.

O Fórum também programou ações com adolescentes nas escolas públicas, que não foram realizadas em razão da greve dos professores que ocorreu na ocasião da Caravana. Ainda assim, ocorreu uma atividade na Escola Municipal Senhor do Bonfim, localizada no subúrbio de Salvador,

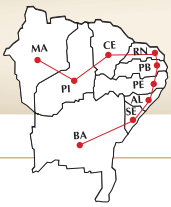
área com foco de trabalho infantil. Os alunos, pais e professores abordaram com o Fórum assuntos relacionados à prevenção, serviços voltados para o fortalecimento das ações de erradicação do trabalho infantil, vínculos familiares e a não utilização do trabalho das crianças como complemento da renda familiar. Deste encontro resultou a redação escolhida para ser lida pelo adolescente Pedro Henrique de Jesus Melo Costa, de 12 anos, na audiência com o governador do estado, que não pôde comparecer ao evento.

Na Bahia, TVs, rádios e veículos impressos repercutiram pouco o tema. A maior parte das inserções ocorreu em sites da Internet. O Fórum avalia que, mesmo com a ação de mídia realizada pelos parceiros, os veículos baianos ainda conhecem pouco, ou negligenciam o problema, por falta de entendimento do que significa uma violação de direitos.

FÓRUM REFORÇOU SEU PAPEL DE REFERÊNCIA NO TEMA

A Caravana da Bahia teve como mérito reanimar o Fórum estadual, que passou por uma fase de desarticulação. Após o evento, as entidades parceiras ficaram mais envolvidas para enfrentar o desafio no estado. Além disso, a caravana projetou o Fórum em instâncias estratégicas, motivando várias entidades a reconhecerem seu papel fundamental.

O Fórum destacou ainda as audiências na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa, sobretudo pela possibilidade de estabelecer um diálogo importante com os parlamentares, muitos deles ainda desinformados sobre a gravidade do problema na Bahia.



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

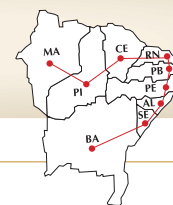
Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

O cata-vento, símbolo internacional de combate ao trabalho infantil, foi utilizado em todos os estados. Confeccionado por crianças, estampado em camisetas, bonés e bottons, distribuído nos atos públicos ou entregue a autoridade como referência do seu compromisso para com o problema, o cata-vento foi a marca da Caravana nordestina.

Com cinco pontas coloridas, este símbolo significa movimento e sinergia, características marcantes da Caravana. Além disso, remete à ideia do trabalho infantil como fenômeno multicausal que implica na participação de atores de diversos campos para o seu enfrentamento. Mas também simboliza um dos brinquedos infantis mais tradicionais, lembrando a alegria, a ludicidade e a vivacidade da infância.

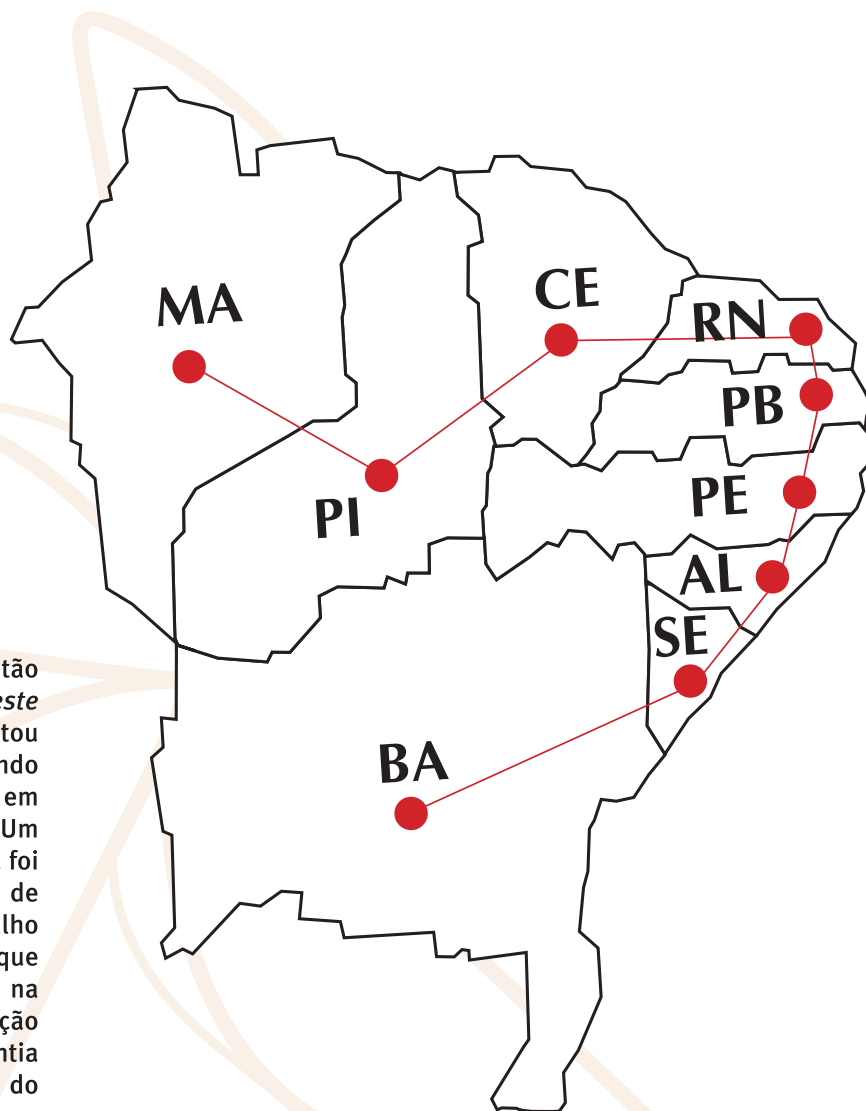




Avaliação

PAPEL POLÍTICO DOS FÓRUMS ESTADUAIS

Mesmo com contextos e ações tão diferentes, a *Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil* apresentou vários pontos em comum, tornando a experiência tanto uma marca em cada estado, como na região. Um dos grandes méritos da iniciativa foi evidenciar os Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil como espaços políticos que cumprem um papel relevante na mobilização social e na articulação dos atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da criança e do adolescente.





Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

A situação dos Fóruns em cada estado era bem distinta, com alguns em plena atividade enquanto outros estavam desarticulados. Ainda assim, eles foram o espaço prioritário para a realização da Caravana. O evento provocou um movimento por parte das entidades integrantes dos Fóruns e contribuiu para reestruturar, fortalecer e potencializar as atuações estaduais. Ao final da Caravana, somente o Fórum Estadual de Alagoas estava em processo de rearticulação.

DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES NOS MUNICÍPIOS

Os Fóruns Estaduais tiveram a preocupação de que os eventos refletissem a realidade de todo o estado, não somente das capitais. Assim, ainda que não tenham percorrido a totalidade dos municípios nordestinos, houve um esforço em ampliar ao máximo possível a iniciativa para algumas regiões, ou para cidades com os maiores índices de trabalho infantil.

Esta estratégia foi fundamental para conhecer e abordar o problema na ponta, junto às pessoas que fazem parte da rede de proteção, sejam elas gestores, operadores do direito, crianças, adolescentes e suas famílias. A interiorização da experiência, em momento eleitoral, abriu

uma boa oportunidade de desdobramentos para os Fóruns, que poderão pactuar com os prefeitos eleitos a implementação de programas, projetos e o cumprimento de metas para o enfrentamento ao trabalho infantil em seus municípios.

PARTICIPAÇÃO DO EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

Em todos os estados houve a tentativa de ampliar a interlocução com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O primeiro foi o mais receptivo, em especial porque muitas secretarias de estado eram também integrantes dos Fóruns e por isso se envolveram na ação. Merece destaque o fato de quase todos os estados conseguirem pautar, junto ao Poder Executivo, a elaboração de Planos Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, cujo monitoramento de implementação ficou como tarefa para todos os Fóruns.

No entanto, a principal estratégia junto ao Poder Executivo não foi cumprida, qual seja, a assinatura do Termo de Compromisso pelos governadores. A maior parte deles designou a tarefa para os secretários. Somente os governadores de Alagoas, Paraíba e Piauí estiveram nas audiências. A ausência da maioria dos chefes do Executivo, mesmo com



justificativas e a presença de outros membros do governo, evidencia a falta de prioridade para com o tema do trabalho infantil, e para com os atores do SGD que empreenderam muitos esforços para a realização da audiência de entrega e assinatura dos Termos de Compromissos elaborados.

Como todos os estados ainda possuem índices graves de trabalho infantil, esperava-se que uma iniciativa como a da Caravana pudesse mobilizar os governadores. Não apenas para cumprir um ato político de assinatura do documento, mas para assumir o compromisso público de enfrentar o problema com prioridade.

A participação do Poder Judiciário, sobretudo nos estados onde tem presença mais ativa nos Fóruns, foi mais expressiva, com a presença de promotores e juízes. O resultado mais significativo foi no Maranhão, com o Ato publicado pelo presidente do Tribunal de Justiça recomendando a não concessão de alvará autorizando o trabalho abaixo de 16 anos.

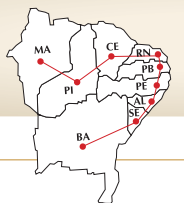
A participação do Legislativo foi marcada pela realização de audiências nas assembleias estaduais, mas que contaram com a presença de poucos parlamentares. Somente a Bahia, Sergipe e Alagoas ressaltaram o evento do Legislativo como significativo.

PAPEL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A participação das crianças e dos adolescentes merece destaque em todos estados, seja por meio de apresentações culturais nos eventos, seja na elaboração de cartas aos governadores com recomendações para a prevenção e erradicação do trabalho infantil. Houve uma preocupação tanto do Fórum Nacional quanto dos Fóruns Estaduais em preparar os adolescentes para que sua participação fosse qualificada, e não meramente figurativa.

A presença de meninos e meninas chamou a atenção dos poderes públicos e da sociedade. De meros destinatários das políticas, na Caravana, eles cumpriram o papel de cidadãos com direito de opinar, avaliar e decidir os rumos para melhorar suas vidas e de suas comunidades. Para prepará-los, foram feitas atividades pedagógicas nas escolas ou em espaços de programas sociais como o PETI e o Projovem. Alguns deles viajaram dos seus municípios até as capitais para participarem das programações.

Os Fóruns, no entanto, tiveram a cautela de não deslocar os adolescentes de um estado para outro a fim de não comprometer a frequência escolar com viagens longas. Aliás, a educação foi



Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil.

Abril a junho de 2012

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

o tema de maior preocupação dos adolescentes nas cartas que escreveram aos governadores. A maior parte deles reivindicou a implantação do programa Mais Educação, bem como de outras medidas para qualificação e permanência no espaço escolar.

SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

As ações desenvolvidas pelos Fóruns podem ser divididas em três campos: pedagógico, envolvendo, sobretudo, crianças e adolescentes; institucional, com a realização de audiências e reuniões com diversos órgãos dos três poderes, e social, com a promoção de manifestações, caminhadas, atos públicos e exposições fotográficas voltadas para a sociedade. Enquanto a primeira foi mais direcionada para a preparação daquele público específico, a segunda e a terceira tiveram como objetivos sensibilizar atores estratégicos e evidenciar na agenda pública o problema do trabalho infantil nos estados.

Ainda que seja difícil mensurar qualitativamente o impacto das ações da Caravana, é possível aferir que a sociedade foi, em grande medida, sensibilizada. Foram inúmeras as ações de rua promovidas pela maior parte dos Fóruns, com a distribuição de panfletos, cartazes, cata-ventos, camisetas e bonés com o símbolo do cata-vento. Além disso, os eventos públicos contavam com apresentações artísticas e a presença de

crianças e adolescentes, chamando a atenção da população.

Outra forma de aferição pode ser feita pela cobertura de mídia que a Caravana recebeu. Dada a quantidade de matérias, entrevistas e notas em rádios, jornais impressos, TVs e mídia digital, é possível afirmar que a Caravana conseguiu pautar o tema do trabalho infantil na esfera pública, tendo a mídia como aliada. Com exceção da Bahia, os demais estados registraram a cobertura da mídia de forma positiva, e destacaram os membros dos Fóruns Estaduais e outros atores do SGD como fontes de informação qualificadas sobre o tema.

Além dos representantes locais, a Caravana contou com a participação de diversos membros de entidades sociais, governamentais, sindicais e internacionais, como o FNPETI, parceiro na realização do evento, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério Público do Trabalho (MPT), os ministérios da Saúde (MS), Trabalho e Emprego (MTE) e Desenvolvimento Social (MDS), a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical.

Em função dos resultados alcançados com a Caravana no Nordeste, a experiência poderá ser ampliada, em 2013, para a região Norte, contando com a participação das redes locais e dos Fóruns Estaduais para sua realização.



Contatos

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI

SGAN 914 Conjunto F Módulo C Casa 3, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70790-140.

Site: www.fnpeti.org.br | E-mail: fnpeti15@gmail.com

Tel./Fax: +55 (61) 3349-5660

Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil:

Alagoas - Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador

Bahia - Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente da Bahia – FETIPA/BA

Ceará - Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador – FEETI/CE

Maranhão - Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho – FEPETI/MA

Paraíba - Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba – FEPETI/PB

Pernambuco - Fórum Estadual para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco

Piauí - Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – FETI/PI

Rio Grande do Norte - Fórum Estadual de Combate ao Trabalho da Criança e Proteção ao Trabalhador Adolescente – F.O.C.A./RN

Sergipe - Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Sergipe – FEPETI/SE



Ficha técnica

Realização:

Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia.

Parceria:

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Apoio:

Fundação Telefônica Vivo
Organização Internacional do Trabalho
Ministério Público do Trabalho

Entrevistas:

Cristina Sena
Raphael Gomes

Redação:

Daniella Rocha
Raphael Gomes

Edição:

Daniella Rocha

Revisão de conteúdo:

Isa Oliveira
Maria Cláudia Mello Falcão
Luana Reis

Revisão:

Christina Velho

Diagramação:

Júlio César Leitão

Fotografias:

Cedidas gentilmente pelos Fóruns Estaduais do Nordeste.



Realização:

Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia.



FNPETI

Fórum Nacional de
Prevenção e Erradicação
do Trabalho Infantil

Apoio:

Telefônica | **vivo**
Fundação Telefônica



Organização Internacional do Trabalho